



**UNIVERSIDADE FERDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL
CURSO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO CIÊNCIAS
SOCIAIS E HUMANAS**

CAROLINI MORAIS

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E GÊNERO: A “FORMAÇÃO” DO COLETIVO DE
MULHERES DO ASSENTAMENTO ELI VIVE**

LARANJEIRAS DO SUL

2017

CAROLINI MORAIS

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E GÊNERO: A “FORMAÇÃO” DO COLETIVO DE
MULHERES DO ASSENTAMENTO ELI VIVE**

O Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul como requisito para a obtenção do título de Licenciado.

Orientadora: Profª Drª Siomara
Aparecida Marques

LARANJEIRAS DO SUL

2017

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Cadena, Carolini de Moraes
Educação do Campo e Gênero: A Formação do Coletivo
de Mulheres do Assentamento Eli Vive/ Carolini de Moraes
Cadena. -- 2017.
48 f.:il.

Orientadora: Siomara Aparecida Marques.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Interdisciplinar em Educação do Campo ciências sociais e
humanas - licenciatura , Laranjeiras do Sul, PR, 2017.

1. Coletivo de mulheres. 2. Gênero. 3. Patriarcado.
4. Educação popular. I. Marques, Siomara Aparecida,
orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III.
Titulo.



CAROLINI DE MORAES CADENA

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E GÊNERO: a formação do coletivo de
mulheres do assentamento Eli Vive**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para a obtenção do grau de Licenciado em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul – *Campus* Laranjeiras do Sul.

Orientador: Profa. Dra. Siomara Aparecida Marques

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

23 / 12 / 2017

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Siomara Aparecida Marques



Prof.ª. Dra. Maria Angela Andrioli



Prof.ª. Ma. Luizangela Padilha Pontarolo

AGRADECIMENTOS

Em primeiro momento gostaria de agradecer as colaborações e a os apoios que recebi da minha família que em meio às dificuldades encontradas no decorrer da faculdade nunca deixaram de me apoiar e incentivar, em especial aos amigos que em grande parte desse processo tiveram a total participação tornando-se assim uma segunda família, na qual participaram dos momentos bons e ruins e o mais importante é que ajudaram na construção do eu quanto sujeito. Em segundo lugar a minha orientadora, professora Siomara Aparecida Marques, que apesar dos desentendimentos e das dificuldades encontradas, cumpriu com o seu papel de orientadora agindo de forma ética e compreendendo as condições sociais, as dificuldades e facilidades encontradas no decorrer do desenvolvimento da monografia. Para além dessas pessoas também as mulheres do coletivo do Assentamento Eli Vive, que me receberam com toda a dedicação, tendo em vista que foi uma experiência de suma importância esperando assim que se mantenham sempre organizadas e na luta se fortalecendo cada vez mais.

Resumo: A presente monografia é um estudo sobre a formação do Coletivo de Mulheres do Assentamento Eli Vive e tem por objetivos compreender as possibilidades e limites de atuação política das mulheres no Assentamento, as formas de empoderamento encontradas por elas para se manterem organizadas e as contribuições desse Coletivo para a educação popular. Para alcançar os objetivos realizamos entrevistas com mulheres participantes do Coletivo. Os conceitos de gênero, patriarcado e educação popular são base de nossa análise da pesquisa empírica. Para entender os processos históricos de organização das mulheres movimentos sociais ou grupo de mulheres, descrevemos um breve histórico da dominação da mulher no Ocidente desde o período pré-histórico onde aparecem os primeiros registros de violência e dominação do masculino sobre o feminino até as primeiras ondas do feminismo e as organizações das mulheres que reivindicavam direitos iguais como o direito trabalhista e o direito ao voto. A história do Assentamento e a formação do Coletivo também são descritos para melhor compreendermos a atuação do Coletivo como forma de educação popular e de empoderamento das mulheres.

Palavras-chave: Coletivo de mulheres. Gênero. Patriarcado. Educação popular.

Abstract: This monograph is a study about the formation of the Eli Vive Settlement Women's Collective and aims to understand the possibilities and limits of women's political activity in the Settlement, the forms of empowerment found by them to stay organized and the contributions of this Collective for popular education. In order to reach the objectives, we conducted interviews with women participants in the Collective. The concepts of gender, patriarchy and popular education are the basis of our analysis of empirical research. In order to understand the historical processes of the organization of women's social movements or women's groups, we describe a brief history of the domination of women in the West since the prehistoric period where the first records of violence and domination of the masculine over the feminine appear to the first waves of feminism and women's organizations claiming equal rights such as labor law and the right to vote. The history of the Settlement and the formation of the Collective are also described to better understand the work of the Collective as a form of popular education and the empowerment of women.

Key words: Collective of women. Gender. Patriarchy. Popular education.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
1.1 Objetivo Geral	11
1.1.1 Objetivos Específicos.....	11
1.2 Método de Pesquisa	12
2. A DOMINAÇÃO DAS MULHERES NO OCIDENTE	14
2.1. Principais conceitos: patriarcado, gênero, educação popular e movimentos sociais.....	15
3. O ASSENTAMENTO ELI VIVE E O COLETIVO DE MULHERES: BREVES HISTÓRIAS E DEPOIMENTOS	19
3.1 O Coletivo de Mulheres: o que é, como se organizam e o que produzem	22
3.2 Como fazem formação e se organizam para a produção	25
4. O COLETIVO DE MULHERES, A ESCOLA E A EDUCAÇÃO DO CAMPO/EDUCAÇÃO POPULAR.....	31
4.1 O Coletivo de Mulheres e a Escola	31
4.2 A importância pedagógica da Educação do Campo/Educação Popular para criar novos sujeitos a partir do Coletivo de Mulheres.....	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS.....	38
APÊNDICE A: Roteiros de entrevistas	40
APÊNDICE B: Fotos do trabalho de Campo.....	41

1. INTRODUÇÃO

A ideia de desenvolver a pesquisa vai para além de uma simples curiosidade, mas, uma necessidade em pesquisar e conhecer como está colocada a questão da mulher na sociedade e principalmente dentro dos Assentamentos da Reforma Agrária, relacionando e com os processos de dominação da mulher em diferentes contextos históricos. Para além de um projeto de pesquisa, poder ampliar e aprofundar ainda mais os conhecimentos buscando assim, algumas contribuições que possa ajudar com um desenvolvimento ainda e maior do coletivo de mulheres do Assentamento Eli Vive, nos colocando assim em confronto com a realidade em que nos é imposto nos dias de hoje por uma sociedade patriarcal e machista.

O estudo sobre gênero nos força a entender a mulher como necessária na luta de classes, como nos alerta o grito de ordem das mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: “Sem Feminismo, não há Socialismo”¹, uma vez que a mulher sempre foi vista como o sexo frágil e isso se expressa fortemente no campo. Colocar a mulher como sujeita da história é reconhecer que ela possui capacidade de participar dos mesmos espaços que o homem, principalmente nas tomadas de decisões. Portanto, a mulher não precisa ser submissa ao homem nem se colocar acima dele e, sim, permanecer lado a lado em relação de igualdade. Apenas uma pequena minoria das mulheres na sociedade consegue ser independente e essa pequena minoria, vem cada vez mais conquistando espaços no mercado de trabalho, nas universidades e na política. No entanto, à violência contra a mulher refiro-me, à violência física, moral, verbal e psicológica, vem juntamente com elas, na medida em que elas conquistam os espaços na sociedade, os mais variados tipos de violência também ganham mais forças ainda, o que torna necessário para além da organização dos coletivos a formação e a conscientização das mulheres, através de estudos, palestras entre outros métodos que podem ser utilizados para transmitir o conhecimento. No decorrer deste trabalho, veremos algumas táticas que o coletivo de mulheres do Eli Vive desenvolveu para transmitir e conscientizar as mulheres do Assentamento.

¹ Esta é palavra de ordem do movimento de mulheres do MST baseado no pensamento de Alexandra Kollontai.

Durante muitos séculos a mulher tem resistido à exploração, dominação e discriminação, frutos da cultura que lhes foi imposta pelas diferentes sociedades. Por muito tempo viveram caladas, sendo reprimidas, no entanto, como já falamos acima, ao longo dos tempos, a mulher vem erguendo-se em luta, se colocando como ser humano que resiste e busca superar, sendo um dos primeiros atos de resistência e conquista a o direito ao voto no ano de 1918 na Inglaterra, onde surgiram as primeiras organizações de mulheres que lutavam por seus direitos as chamadas “SUFRAGISTAS”, isso em 1908(PINTO, 2009,p.15). É fato que com o crescimento do sistema capitalista, as relações de exploração cresceram ainda mais e a mulher passa a ser vista como necessária dentro desse modelo “escravista”, visando, pois, os seus trabalhos dentro das fábricas que eram e ainda vem sendo completamente desvalorizado, naturalizando o trabalho feminino como inferior ao masculino, com menos valor social, para a acumulação do capital.

Analizando que em 1857, em Nova York, operárias de uma indústria têxtil, em seu dia a dia, se deparavam com péssimas condições de trabalho, salários baixíssimos além de jornadas de até 16 horas. No dia vinte e cinco de março de 1911, enquanto trabalhavam em uma fábrica têxtil, foram brutalmente assassinadas, somando em torno de cento e vinte cinco mulheres, que foram queimadas vivas dentro da própria fábrica. A partir de então, a luta se fortaleceu ainda mais e as mesmas começaram a se organizar e lutar em diversos espaços no mundo. (BLAY, 2011,p.02).

Então, segundo Eva Blay (2011), no dia oito de março de 1917, Clara Zetkin² faz uma conferência sobre a mulher, essa data para as mulheres do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), é mais do que lembrar a sociedade da sua existência, é um dia de luta, manifestações e enfrentamento contra o sistema capitalista. Pautando por políticas públicas para as mulheres do campo, reforma agrária, mais autonomia para as mulheres e por melhores condições de vida. Nesse sentido, as mulheres passam a compreender seu papel na sociedade e para além disso, entenderem que as

² Clara Zetkin foi (Alemanha (1857-1933) foi professora e jornalista membro do partido deputada em 1920, militava junto ao movimento operário e se dedicava à conscientização feminina. Lutou pelos direitos das mulheres trabalhadoras.

relações de gênero foram construídas socialmente, desnaturalizando a cultura machista, onde a mulher é vista como um objeto do lar. (BLAY, 2011, p.05).

Compreende-se que a luta pela reforma agrária, também perpassa na igualdade entre homens e mulheres, para desconstrução da cultura imposta pelo sistema capitalista.

Um exemplo claro disso é a bandeira do MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, onde podemos observar tanto o homem quanto a mulher estão lado a lado, demonstrando a importância dos dois igualmente na luta. Devido aos sujeitos serem construídos em uma sociedade e culturalmente machista e patriarcal, se fez necessário o debate relacionado com a questão de gênero entre homens e mulheres.



Fonte: Disponível em: <www.google.com.br/search?q=bandeira+do+mst&dcrlw>

O tema proposto tem o intuito de analisar como se dá essa desconstrução de uma ideia implantada pelo sistema capitalista e a construção da nova sociedade e como as mulheres foram inseridas na luta pela terra, nas organizações do Assentamento e qual a importância dessa inserção das mulheres nesses espaços. Da mesma forma, a intenção é fazer a relação de como se dá o processo de formação com essas mulheres, como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), vem contribuindo com a compreensão da participação destas na organização da produção familiar, nas relações sociais e na busca pela autonomia da mulher, uma vez que, no

campo, essa visão patriarcal é mais forte, onde a mulher muitas vezes não participa da questão financeira da família e nem nas tomadas de decisões em relação à produção, pois seu papel na família é visto como necessário aos cuidados dos filhos, da casa e do marido. E isso é tão normal na área rural que muitas das mulheres não se dão conta das condições de vida em que estão vivendo, às vezes por falta de conhecimento, ou por estarem tão naturalizadas a essas condições, que as mesmas se colocam na condição de submissão.

Por isso, a importância da organização de um coletivo que venha a debater a importância da igualdade de gênero nos acampamentos e assentamentos, que discuta o papel da mulher na construção de uma nova sociedade, gerando assim uma contribuição para emancipação e empoderamento da mulher sem-terra.

1.1 Objetivo Geral

Compreender as possibilidades, organização, empoderamento e limites da atuação política das mulheres no Assentamento Eli Vive, analisando juntamente a questão da Educação Popular no Assentamento.

1.1.1 Objetivos Específicos

- Definir os conceitos de gênero, patriarcado e Educação Popular;
- Apresentar um breve histórico sobre o Assentamento Eli Vive;
- Entender como está organizado coletivo de mulheres no Assentamento Eli Vive;
- Analisar como a Educação Popular contribui com a formação da militância das mulheres, com o estímulo ao empoderamento ao enfrentamento dessas mulheres contra o preconceito da sociedade machista e patriarcal;
- Analisar atividades desenvolvidas que contribuíram com o empoderamento do coletivo de mulheres;
- Apresentar os resultados da pesquisa para as mulheres acampadas que atuam no coletivo.

1.2 Método de Pesquisa

Para elaboração da pesquisa foram realizadas e transcritas um total de três entrevistas com mulheres que fazem parte do coletivo no Assentamento Eli Vive, localizado em Lerrovile distrito de Londrina.

No primeiro capítulo abordará a questão da dominação da mulher no Ocidente incluindo, assim, os conceitos chave do trabalho e que para um melhor entendimento e desenvolvimento serão realizadas pesquisas bibliográficas que nos ajuda a entender melhor os seguintes conceitos gênero, mulher, luta de classes e educação do campo.

E por meio de coletas de dados como; entrevista com lideranças, inserção em atividades desenvolvida pelo coletivo de mulheres, observações dos espaços, atividades e o contato mais próximo com o coletivo. Pretendo assim dar continuidade no desenvolvimento dos capítulos seguintes.

As observações e entrevistas terão como principais objetivos descrever o histórico desse coletivo de mulheres, como se iniciou, como está organizado, quais são seus objetivos, conquistas, enfrentamentos, relações com o assentamento a onde está inserido, participação nas lutas a relação do coletivo de mulheres com as escolas do assentamento que está inserido, dentre outras observações que serão feitas durante as entrevistas e questionários.

O trabalho de conclusão de curso está estruturado da seguinte forma:

- O capítulo um refere-se à introdução;
- No segundo capítulo terá como objetivo resgatar a dominação das mulheres no ocidente trazendo também os principais conceitos: patriarcado, gênero, educação popular e movimentos sociais;
- Já no terceiro capítulo foi abordado um breve histórico do Assentamento Eli Vive, a atuação política do coletivo de mulheres e a inserção das mesmas na luta, sendo relatada por mulheres que atuam no coletivo, trazendo também presente como se deu a organização e o empoderamento das mesmas no coletivo de mulheres;
- No quarto capítulo é relatado as lutas e conquistas desse coletivo no Assentamento e a participação nas lutas e atividades desenvolvidas no movimento, colocando também as contribuições pedagógicas da educação do

campo/educação popular para pensar as ações que contribui para a formação dos coletivos;

- E, por fim, as considerações finais que faz uma visão geral do trabalho como um todo.

2. A DOMINAÇÃO DAS MULHERES NO OCIDENTE

Desde o início da humanidade existiu mulheres e homens, tanto no ponto de vista científico como do ponto de vista da criação divina. Porém a divisão de ambos, deram-se com a dominação e a predominância de apenas um, que foi dada pela força, onde também foram registrados os primeiros sinais de violência: os mais fortes começaram a ter domínio e privilégios, a partir desse período histórico, o período primitivo, o masculino passa a ser o gênero dominante, apesar de viverem em coletividade, a partir daí o homem passa a ter o domínio público e a mulher o privado. Segundo Muraro e Boff (2002).

Nas sociedades de caça iniciam-se as relações de força, e o masculino, que passa a ser o gênero predominante, vem a se tornar hegemônico no período histórico- há oito mil anos, quando destina a si o domínio público e à mulher o privado. (MURARO; BOFF, 2002, p.13).

Durante muitos séculos as mulheres têm resistido à exploração, dominação e discriminação, frutos da cultura que lhes foi imposta pelas diferentes sociedades. Por muito tempo viveram caladas, sendo reprimidas, no entanto, ao longo do tempo, as mulheres vêm erguendo-se em luta, se colocando como ser humano que resiste e busca superar, sendo um dos primeiros atos de resistência a conquista do direito ao voto no ano de 1918 na Inglaterra, onde surgiram às primeiras organizações de mulheres lutando pelos seus direitos as chamadas “SUFRAGISTAS”. Vale lembrar também segundo Pinto (2009)

No Brasil, a primeira onda do feminismo também se manifestou mais publicamente por meio da luta pelo voto. A *sufragetes* brasileiras foram lideradas por Bertha Lutz, bióloga, cientista de importância, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto. Foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto, tendo inclusive levado, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Larmartine, que dava o direito de voto às mulheres. Este direito foi conquistado em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro. (PINTO, 2009, p.16)

Tanto no Brasil como na Europa e nos Estados Unidos as lutas foram pelas mesmas causas, o direito ao voto e que, por fim entraram em crise no mesmo período.

É fato que com o crescimento do sistema capitalista as relações de exploração cresceram ainda mais e a mulher passa a ser vista como necessária dentro desse modelo escravista, visando que o seu trabalho dentro das fábricas era e ainda vem sendo completamente desvalorizado, naturalizando o trabalho feminino como inferior ao do masculino, com menos valor social, para a acumulação do capital.

Analizando que a luta das mulheres teve o real início em 1857, com as operárias de uma indústria têxtil na cidade de Nova York, quando essas protestaram contra as péssimas condições de trabalho, reivindicação da igualdade salarial e redução da jornada de trabalho. Essa ação foi brutalmente reprimida e ocasionou à morte de 146 pessoas entre elas 125 mulheres e 21 homens que foram queimados vivos dentro de uma fábrica, a partir desse episódio as mesmas começaram a se organizar e fazer luta em diversos espaços no mundo. Como afirma Blay (2001),

No século XIX e no início do XX, nos países que se industrializavam, o trabalho fabril era realizado por homens, mulheres e crianças, em jornadas de 12, 14 horas, em semanas de seis dias inteiros e frequentemente incluindo as manhãs de domingo. Os salários eram de fome, havia terríveis condições nos locais da produção e os proprietários tratavam as reivindicações dos trabalhadores como uma afronta, operárias e operários considerados como as “classes perigosas”. Sucediavam-se as manifestações de trabalhadores, por melhores salários, pela redução das jornadas e pela proibição do trabalho infantil. (BLAY, 2001, p. 01)

Por isso, essa data para as mulheres do MST é considerada um dia de luta, onde as mulheres geralmente fazem manifestações de enfrentamento contra o sistema capitalista colocando assim, em pauta as suas reivindicações, por entenderem que as relações de gênero foram construídas socialmente, desnaturalizando a cultura machista, onde a mulher é vista como um objeto do lar.

2.1. Principais conceitos: patriarcado, gênero, educação popular e movimentos sociais.

O sistema patriarcal está fortemente representado na sociedade ainda nos dias de hoje, onde a mulher tenta superar, porém, são poucas que conseguem essa libertação, pois o patriarcado se desenvolve dentro da própria

família a onde a figura representativa é a do “pai” que seria colocado como chefe da família e, muitas vezes, a mulher não tem direito nem de opinar nas tomadas de decisão. Isso fica mais claro quando olhamos para uma família que se constitui em filhos homens e filhas mulheres, ou seja, as mulheres são ensinadas desde moças a lavar, cozinhar e a cuidar da casa e os homens são destinados desde meninos ao trabalho pesado, com isso ambas as partes criam uma concepção sobre o seu papel. Isso acontece principalmente na área rural, onde tanto a mulher como o homem já vêm de uma geração em que o sistema patriarcal está enraizado baseando-se quase sempre na dominação do homem sobre a mulher. Segundo Navarro (1997),

É um sistema autoritário tão bem-sucedido que se sustenta porque as pessoas subordinadas ajudam a estimular a subordinação. Ideias novas são geralmente desqualificadas e tentativas de modificação dos costumes são rejeitadas explicitamente, inclusive pelas próprias mulheres, que, mesmo oprimidas, clamam pela manutenção de valores conservadores. (NAVARRO, 1997, p. 32).

Como já citamos acima esse sistema é passado de geração a geração, porém, a cada geração que passa ele vem com formas mais elevadas de subordinação e opressão isso se reflete muito nos costumes na convivência e na relação entre casal, onde a mulher é a principal vítima da opressão e da violência seja ela física, moral, verbal e psicológica. Com o passar dos dias, vem aumentando cada vez mais, o que torna ainda mais necessário a organização das mulheres referente a estudos e formações sobre as mais variadas formas de violências que, muitas vezes, são desconhecidas pelas próprias mulheres.

Vislumbra-se a necessidade de estudar e debater o conceito de gênero que está diretamente ligado a igualdade do sexo feminino e masculino, homem e mulher, colocando, assim, os dois em um mesmo nível. Como afirma Lauretis (1987),

Gênero é tanto um construto sociocultural quanto um aparelho semiótico, um sistema de representação que atribui significado ao indivíduo dentro da sociedade. Ora, o devir das representações vai modelando homens e mulheres, produzindo assim, as diferenças de gênero. (LAURETIS, 1987, apud SAFFIOTI, 1994, p.274)

No entanto, a autora afirma que essa diferença entre os gêneros é reproduzida e modelada pela sociedade através de costumes e hábitos atribuídos socialmente e culturalmente. Segundo a Saffoti (1994) gênero não

se atribui somente em feminino e masculino, mais sim, em raça, etnia e classe social, normatizando também a relação homem com homem e mulher com mulher, ou seja, para Saffioti o conceito de gênero perpassa a ideia de relação masculino e feminino, atribuindo assim outros tipos de relações sociais. Dessa forma,

[...] a construção social do gênero, a fim de combater a escalada do pensamento conservador, altamente deletério ao avanço das lutas políticas pela igualdade social, desenvolvidas por categorias sociais discriminatórias. (SAFFIOTI, 1994, p.274)

Vivemos em uma sociedade que desconstrói esse conceito de igualdade, modelando assim as diferenças que se manifestam nos papéis sociais e na identidade sexual. O conceito de gênero surge na tentativa de derrubar a visão que se tem de que homens e mulheres têm funções sociais diferentes na sociedade, alimentando cada vez mais a ideia machista e patriarcal que foi colocada a mulher e acaba dando uma função para cada sexo, causando assim, uma divisão social de gênero, onde se presume na dominação da mulher colocando a mesma como inferior ao homem.

Nesse contexto, surge um novo paradigma de educação fundada nos princípios da educação popular que se constituiu em um exercício permanente de crítica ao sistema societário vigente, construída nos processos de luta e resistência das classes populares e que vincula explicitamente a educação e a política, na busca de contribuir para a construção de processos de resistência para a emancipação humana e pela libertação da classe oprimida. Esse novo paradigma de Educação Popular contribui na problematização do conceito de gênero abrindo espaço para discussão em meio às organizações sociais, a exemplo o MST.

Dessa forma, de acordo com Paludo (2015),

O “Movimento de Educação Popular” se fez no interior desse processo, na direção da construção de fazer do povo a expressão política de si mesmo, por meio de organizações populares autônomas, imbuídas no desejo de construir “o poder popular”. Enquanto Movimento, a EP (Educação Popular) cumpriu um forte papel de ação cultural no interior do campo e para além dele constituindo-se em mediação entre a realidade objetiva e o projeto de futuro em construção. Por meio dele, articulado aos processos de luta e de resistência, ia-se recompondo a representação do real enquanto totalidade, superando a fragmentação, na direção de uma concepção “ético-político”. (PALUDO, 2015, p. 226).

Pode-se dizer que a Educação Popular propõe uma relação educativa que vai para além da sala de aula, e busca assim um significado para o sujeito dentro da sociedade, formando consciência sem divisão de classe, gênero e raça.

Esse modelo foi adotado principalmente pelos movimentos e organizações populares autônomas, que necessitavam de um modelo educacional diferenciado do modelo formal implantado pelo sistema capitalista, pois esses movimentos e organizações visavam à construção de um “poder popular”. Dentro disso, esse modelo de educação atingiu um forte papel no interior do campo e para além dele, organizou o intermédio da realidade objetiva e o projeto de futuro. Por meio dele, fez com que as lutas de resistência continuassem se mantendo fortemente organizadas.

Sendo assim, os movimentos sociais foram se definindo como grupos de pessoas nas quais lutam e defendem um objetivo, seja ele a luta pela reforma agrária, por moradia, pela liberdade de expressão por educação entre vários outros objetivos que corresponda aos interesses e à necessidade desses movimentos. Segundo Schwendler (2015)

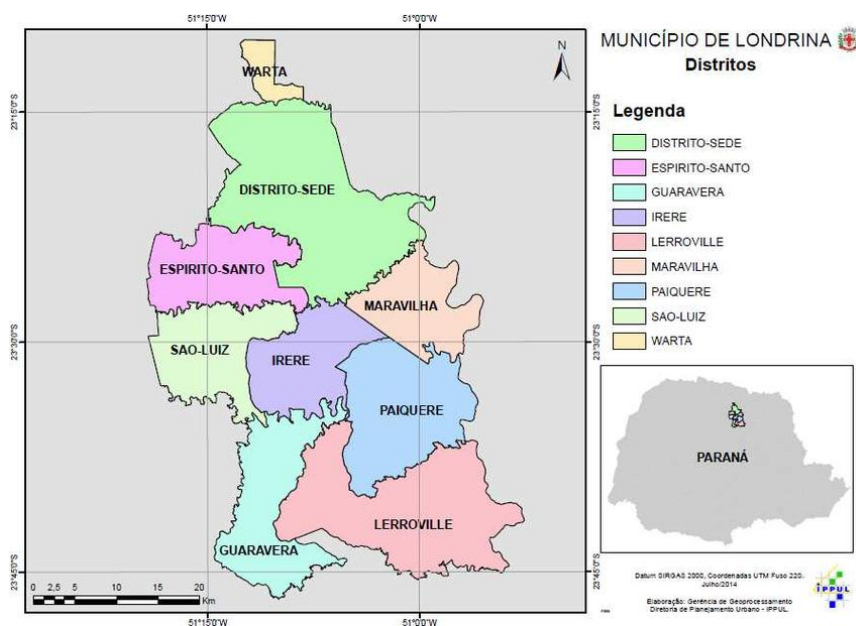
Em seu processo organizativo, o movimento social de luta pela terra dinamiza experiências sociopolítico-educativas que contribuem para a transformação das relações e identidades de gênero e para o desenvolvimento do capital social e político da mulher camponesa. (SCHWENDLER, 2015, p. 88)

Um dos mais populares seria o MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que luta por reforma agrária, soberania alimentar, educação popular, saúde de qualidade e que também luta por uma igualdade de gênero. Compreende-se que a luta pela reforma agrária, também perpassa na igualdade de gênero entre homens e mulheres, para desconstrução da cultura imposta pelo sistema capitalista. Na bandeira do MST a mulher aparece ao lado do homem, deixando claro que faz parte da luta junto. Por isso, a necessidade de debater sobre a questão de gênero com homens e mulheres, uma vez que, as relações patriarcais estão impregnadas nas relações de trabalho e organização de todos os sujeitos da sociedade. Logo estes sujeitos ao se inserirem no MST, carregam esse fardo da cultura patriarcal que impede no avanço da construção de uma nova sociedade.

3. O ASSENTAMENTO ELI VIVE E O COLETIVO DE MULHERES: BREVES HISTÓRIAS E DEPOIMENTOS

O assentamento³, perpassa a ideia de um acampamento ou seja quando de fato os assentados tomam posse da terra ELI VIVE, no qual a pesquisa foi desenvolvida está localizado em Lerrovile, distrito de Londrina-PR (conforme figura 01), tendo como foco principal da pesquisa o Coletivo de Mulheres, que vem tendo um grande destaque dentro Assentamento no qual é mais uma das conquistas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST, assim sendo o único assentamento na região de Londrina. Essa área foi ocupada e conquistada em partir de fevereiro de 2009, abrigando cerca de 540 famílias.

Figura 01: Mapa do Município de Londrina: Distritos



Fonte: Disponível em:

www.google.com.br/search?biw=1366&bih=662&tbn=isch&sa=1&q=mapa+geografico+de+lerr+ovile+parana&oq=mapa+geografico+de+lerr+ovile+parana

As fazendas Guairacá e Pininga como são chamadas abrangem uma vasta extensão de terra totalizando em 7.313,06 hectares, sendo dividido em duas a Guairacá com 5.826,52 hectares e a Pininga com 1.486,54 hectares. A

³ O Assentamento é um conjunto de unidades agrícolas independentes, organizado num determinado espaço ou região. As unidades agrícolas constituem em lotes de reforma agrária. É o processo posterior ao acampamento de se terras na luta por reforma agrária (INCRA 2017).

luta pela conquista desta fazenda surge no ano de 1990, quando o MST resolve ocupar a área e reivindicar seus direitos na luta pela terra, em 1991 acontece a primeira ocupação onde trabalhadores e trabalhadoras entram na área, três meses após a ocupação as famílias sofrem o primeiro despejo no qual foram violentamente despejadas resultando em grande número de feridos.

E, somente em 2009, a área foi destinada a Reforma Agrária, e nesse segundo momento houve uma transição passiva a onde as famílias foram assentadas na área, cada família se apropriou de 13,673 hectares de terra para sobrevivência. A partir daí a fazenda deixa de ser uma grande produtora de café e passa a ser destinada à agricultura familiar.

A sustentabilidade das famílias vem do cultivo da terra, com produção de grande e pequeno porte de “miudezas” como: feijão, arroz, batata doce, leite, hortaliças, porco, galinha e vaca para a produção de leite, entre outros produtos para o consumo próprio e para a comercialização em feiras nas ruas diretamente para o consumidor. A forma de organização se dá pela divisão em grupos de 10 famílias, a cada 5 grupos é formado uma brigada⁴ composto por 50 famílias, dentro disso são eleitos dois coordenadores, sendo um homem e uma mulher, que em 2005 foi aprovado pelo MST essa composição das equipes dirigentes, o que traz presente a igualdade de gênero. Segundo dirigentes do Movimento,

Em 2002 foi aprovada a criação do setor de gênero na Coordenação Nacional e após este período multiplicaram-se as iniciativas para discutir a questão de gênero: encontros de casais, encontros específicos de mulheres, acampamentos de formação, ocupações de prédios públicos, a ampliação dos debates sobre gênero nos cursos de formação, etc. Em 2005 aprova-se a composição da Direção Nacional formada por 1 homem e 1 mulher de cada estado, que diretamente repercutiu positivamente na composição das instâncias estaduais.(GONÇALVES, 2009, p.03).

Dentro do Assentamento Eli Vive encontram-se grandes estruturas como: escola estadual e municipal, cooperativas de sementes e associações, isso tudo conquistado e construído pelos próprios assentados. Sendo elas: Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária União Camponesa (COPRAN)⁵, Cooperativa Iguaçu de Prestação de Serviço (COOPERIGUAÇU)

⁴ O conceito “brigada” é usado pelo MST para se referir ao agrupamento geoestratégico de um conjunto de famílias (aproximadamente umas quinhentas), que moram nos acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária de uma determinada região.

⁵ A Copran tem sede no Município de Arapongas – PR.

e a Cooperativa Agroindustrial de Produção e Comercialização Conquista (COPACON) que está localizada dentro do próprio Assentamento, são responsáveis por fazer o acompanhamento técnico com os assentados o processamento e a comercialização da produção de alimentos dos assentados, as linhas de produção para comercialização a grande porte são: cafeicultura, produção leiteira e Horta, que acaba gerando assim renda e um estímulo maior para os assentados continuarem insistindo na produção de alimentos saudáveis extraído da terra.

Além das cooperativas, existem as escolas nas quais são de extrema importância na formação dos sujeitos que vivem no Assentamento. Como afirma Paludo (2015),

Desde Marx é possível dizer que a educação cumpre o papel de socialização do conhecimento histórico acumulado e atua nas consciências, condicionando as formas de pensar e a ação humana no mundo. Fundada pelo trabalho, atividade vital, em seu sentido ontológico, a educação nasceu juntamente com o ser social e constitui-se em elemento fundamental e mediação necessária ao processo de reprodução econômica e sociocultural. (PALUDO, 2015, p.224).

Segundo umas das entrevistadas que vive no Assentamento, indaga sobre como vê a escola, respondeu: M2⁶

Eu vejo a escola como importância, um espaço nosso que nós construímos os pais, cada pai construiu aquele espaço da escola, é nós que temos que zelar, mesmo que a escola é municipal e estadual, que tenha diretor, pedagogo e professores, mas os pais e o Coletivo tem uma importância grande. (M2, 2017).

Segundo o relato da entrevistada M2 percebe-se que o Assentamento tem um imenso respaldo pela escola, pois entendem a importância da escola no Assentamento, pois a escola e o Assentamento crescem conjuntamente desde a sua organicidade e estrutura, visando que se tem duas escolas uma municipal e a outra estadual que atende em média 300 alunos dividido em municipal e estadual. A escola municipal é constituída por uma biblioteca, seis salas de aula, um refeitório, sala dos professores e a secretaria. Essa estrutura atende trinta e nove alunos do 1º ao 6º ano ensino fundamental e mais 8 professores, a escola tem o auxílio da prefeitura que passa uma pequena contribuição financeira, mas que ainda não é suficiente para suprir as necessidades da escola. O PPP da escola é voltado mais para as escolas

⁶M1, M2, M3 são siglas utilizadas para manter o anonimato das pessoas entrevistadas.

municipais, trabalhando com a produção de textos descritivos, fabulas e anúncios fora as matérias principais, português e matemática. O transporte para os alunos foi conquistado pelos esforços coletivos dos assentados, sendo que três ônibus disponibilizados pela Prefeitura Municipal que faz o deslocamento dos alunos dentro do Assentamento até a escola. Quanto aos professores, são selecionados pelo PSS (Processo Seletivo Simplificado) das Secretarias de Educação estadual e municipal.

Podemos dizer que de fato o Assentamento tem muita influência dentro das escolas, pois além de estar localizada dentro do Assentamento, as famílias contribuíram na construção e organização da escola criando assim um vínculo muito forte com a mesma. Como afirma a entrevistada (M2),

Moro no Assentamento desde 2009, vim do Acampamento Brasileira que ficava em Ortigueira. Contribuí na escola até 2016. Eu não vejo a minha vida fora da escola é uma coisa que eu gosto de estar no meio das pessoas, das crianças cuidando, contribuindo. Eu não me importo de estar na escola mesmo sem remuneração financeira, precisou de mim na escola é só chamar que eu estarei lá contribuindo como mãe, militante e como membro do coletivo das mulheres. (ENTREVISTADA M2).

Segundo o relato da entrevistada podemos afirmar que de fato o Assentamento vê a importância da escola e da educação no meio rural e os próprios assentados se sentem parte da escola, contribuindo assim para um bom desenvolvimento e crescimento da mesma.

3.1 O Coletivo de Mulheres: o que é, como se organizam e o que produzem

Neste item veremos como está e estão se organizando as mulheres e o Coletivo do Assentamento, pois temos observado que o crescimento da participação das mulheres nos grupos de decisão em áreas de assentamento e acampamento rurais e urbanos tem sido a passos lentos, devido ao predomínio do machismo e da cultura patriarcal fortemente enraizada, principalmente no meio rural onde ficam os assentamentos e acampamentos da Reforma Agrária.

De fato, como afirma Ferrante (2013),

A história de mulheres na constituição e trajetória dos assentamentos é marcada por muitos atos de discriminação naturalizada. Discriminação respaldada pelas visões patriarcais do projeto estatal,

pelo atraso na extensão dos direitos trabalhistas e previdenciários, pela exclusão em programas de crédito/comercialização/investimentos. (FERRANTE et al, 2013, p.195)

Porém, o cenário no campo vem aos poucos modificando-se. As mulheres estão buscando novas formas de se organizarem e derrubarem esse sistema patriarcal que se tem impregnado no campo e como exemplo a citar temos o Coletivo de Mulheres no Assentamento Eli Vive, que surge com o intuito de quebrar essa visão pragmática, buscando novas formas de independência tanto financeira como nas tomadas de decisões. Segundo Bruno(2015) em sua pesquisa e estudos constata que de fato as mulheres do campo buscam sim, uma independência e uma atuação política no ambiente em que vivem.

O Movimento de Mulheres no Brasil toma para si diversas lutas pela promoção de Igualdade e autonomia econômica e social, tais como a de acesso a políticas públicas, direitos sociais e reconhecimento político, relação e negociação com o Estado, e nisso temos avançado demasiadamente. Mas algo de novo surge no cenário das ações públicas: queremos nova política, que reconheça os saberes e as práticas das mulheres rurais e, assim, ressignifique as suas ações. (BRUNO et al, 2015, p.11).

E, para isso, as mesmas vão em busca de mais conhecimento para além do empírico que já carregam, o científico que comprovem e de uma sustentabilidade maior no desenvolvimento de seus projetos e principalmente em suas formas de organizações. Desse modo, as mulheres vão “modelando” o Coletivo de Mulheres do Assentamento Eli Vive, que através de formações ofertadas por Universidades, tiveram um impulso a mais para se firmarem e buscarem mais conhecimentos principalmente no campo das políticas públicas.

Vejamos que no desenvolvimento da pesquisa realizada com as mulheres do Coletivo serão retratadas de fato como se formou este Coletivo do Eli Vive, a dificuldade enfrentada durante o processo de construção desse Coletivo, a produção desenvolvida pelas mulheres, lutas, conquistas e táticas de organização.

Como surgiu a ideia de organizar o Coletivo de Mulheres? Segundo o relato da entrevistada M1,

A ideia de montar o coletivo se deu através de um curso sobre quintais produtivos⁷, no voltar pra base surge a ideia de juntar as demais companheiras e montar e a onde se dividiram em duas, uma foi acompanhar a produção e a outra foi buscar políticas públicas. (ENTREVISTADA M1).

Assim de fato, como afirma a entrevistada a ideia e o incentivo de montar o coletivo se deu a partir do momento em que elas saem do ambiente natural em que vivem, ou seja, do Assentamento, e vão em busca de formas que possam ajudar nesse processo e encontram isso através de conhecimento e estudo, sendo assim conseguem aos poucos irem se libertando, irem se empoderando.

Sobre quantas participam do Coletivo de Mulheres, M3 respondeu: “– Começamos com quatro companheiras e agora estamos em quarenta companheiras”. (ENTREVISTADA M3). Aos poucos, com muito empenho e dedicação, percebemos que foram conquistando uma participação cada vez maior das mulheres no Coletivo, tanto de senhoras como das moças casadas.

Indagada sobre o que as mulheres produzem no Assentamento, a entrevistada M3 responde:

Começamos plantando ervilha, abobrinha, pepino, salsinha, cebolinha entre outras hortaliças. No começo da produção agroecológica foi muito difícil, pois não tinham conhecimento de nada, nenhum tipo de produto para utilizar na produção a não ser uma calda de água e leite utilizada para espantar as moscas que sentavam sobre os produtos. Com essa atitude começou a incentivar outras companheiras, pois tinham água à vontade e a produção bem variada. (ENTREVISTADA M3).

Com o aumento de mulheres no Coletivo, há também um grande aumento não só de variedades da produção, mas também na qualidade dos produtos, pois optaram pela produção agroecológica, que para elas tem total importância, pois prezam pela saúde de suas famílias e sabem da importância da produção no sistema agroecológico.

Sobre a pergunta: “– Qual é a idade das mulheres que participam do Coletivo, a ideia foi ter uma base da idade ao todo das mulheres que participam do grupo.

A idade é bem variada temos mulheres mais velhas, senhoras e as senhoras jovens que são as moças que casam muito nova que abandonam os estudos e ficam só em casa cuidando do marido e dos

⁷ Os quintais produtivos são áreas geralmente nos arredores das casas, onde há produção diversificada, com criação de pequenos animais (aves, caprinos, ovinos, porcos) e cultivo de plantas medicinais, frutíferas, hortaliças. (Esplar - Centro de Pesquisa e Assessoria, 2017).

filhos e que agora no coletivo elas buscam uma forma de se libertar um pouco. (ENTREVISTADA M3).

Nota-se que dentro do Coletivo, a diferença de idades é grande, pois, para além das mais velhas se tem a moças, as quais casam cedo e abandonam tudo e vivem em função da casa e dos filhos. Juntamente na organização do Coletivo vem em primeiro lugar a conscientização principalmente dessas “senhoras jovens”, que aos poucos vão percebendo que as mesmas podem conseguir uma independência financeira também, não apenas serem donas de casa.

Sobre a pergunta “Como o Coletivo de Mulheres se organiza?”, foi possível perceber que o grupo se estrutura de forma simples, há apenas uma equipe de dirigentes, como descrito a seguir:

Pra se organizar foi tirada uma coordenação para o coletivo sendo 7 (sete) mulheres para coordenar e estudar as políticas públicas tendo isso como um desafio para as companheiras tocar um projeto e estas sete coordenam as outras quarenta companheiras, passando os encaminhamentos e organizando os trabalhos. (ENTREVISTADA M3).

Sobre quais lutas políticas participam, a entrevistada respondeu:

No momento [as lutas]do MST e agora [também] estamos entrando junto com um grupo de Arte de Rua, que nos procurou pra apoiar a luta deles por um espaço na cidade de Londrina e pra isso nós vai fazer a primeira feira da reforma agrária lá pra mostra, além da nossa produção, que a gente ta junto na luta com eles. (ENTREVISTADA M3).

Segundo os relatos podemos perceber que o Coletivo de Mulheres mantém sua organização bem planejada e mesmo tendo diferenças de idade, as mulheres conseguem manter uma organização que favoreça as mesmas, levando assim a se fortalecerem sempre mais, a se empoderarem.

3.2 Como fazem formação e se organizam para a produção

É fato que a organização das mulheres principalmente em coletivos é de extrema importância. Como afirmam Bordalo e Jalil (2013)

A organização das mulheres nesses grupos em muito contribui para que elas reflitam a respeito de sua própria condição e se descubram plenamente capazes de assumir uma atividade produtiva. Isso fornece, em grande medida, elementos simbólicos para que passem a perceber e a questionar as desigualdades de gênero. (BORDALO e JALIL, apud BRUNO et al, 2013, p. 218)

Para além de uma boa organização também se faz necessário as formações e a conscientização das mulheres para um bom desenvolvimento do Coletivo, pois, em pleno século XXI, um dos grandes problemas encontrados nas relações de casamentos se volta para a questão do “ciúme”, que acaba sendo uma das maiores desculpas utilizadas para gerar o impedimento de muitas mulheres no âmbito social.

Com isso gera uma enorme dificuldade de inserção das mulheres em coletivos e é onde a maioria acaba se excluindo vivendo apenas para o marido, filhos e o lar. Essa forma de violência é muito clara nos assentamentos e acampamentos da Reforma Agrária, então a estratégia do Coletivo para motivar as mulheres a participarem e as retirarem da condição de submissão, é convidá-las para conhecer como funciona o trabalho do Coletivo e para participar das oficinas de formação. As oficinas também são para conscientizar as mulheres de sua importância na comunidade e das questões de gênero.

[...] a gente usa as oficinas como uma estratégia pra nós pode estudar as cartilhas, mas isso bem com calma para não assustar as companheiras, aí depois a gente começa a convidar para participar dos eventos junto e aí elas começam a gostar e vão aos pouco se inserindo junto. Nós temos companheiras aqui que são adolescentes, senhoras adolescentes, que fica dentro de casa só cuidando da casa e do marido, que abandono os estudos, que não tem futuro, aí como que nós fais? Nós fais eventos e convida elas pra participa, ajudar na organização, aí aos poucos vão se inserindo, aí começam a vende os produtos nos projetinhos. Quando elas recebem o dinheiro da venda do produto, aí nossa! Pensa na alegria delas! Aí já vão vendo que elas consegue ter uma independência e aí começam a produzir e pegar gosto pelo trabalho delas. E com isso nós tá conseguindo trazer elas pra dentro do Coletivo sem causar problema com o companheiro delas, porque eles tão vendo a independência financeira delas. (ENTREVISTADA M3).

A luta das mulheres que percorre desde a década de 1980 até os dias atuais onde a mesma vem buscando formas, reconhecimento de seus direitos, meios de emancipação e independência tanto no trabalho, como financeira e na forma de pensar, sem medo de ser reprimida ou ignorada pela sociedade machista e patriarcal de hoje. Esse paradigma aos poucos vem sendo quebrado, a passos muito lentos principalmente no campo, a onde de fato o sistema é patriarcal tendo o homem como chefe de família e a mulher como um suporte. Para Esmeraldo (2013),

As dificuldades para reagir, enfrentar no plano individual, familiar e de forma isolada modelos de sociabilidade, ordens sociais, sistemas patriarcais, estruturas objetivadas, inscritas e instituídas nos corpos,

objetos, tempos, espaços e nos trabalhos de homens e de mulheres, levam as mulheres a buscar articular-se em movimentos sociais e políticos para construir sua afirmação como trabalhadoras rurais (ESMERALDO, 2013, p.241).

Vejamos que dentro de toda essa dicotomia, as mulheres estão se organizando e buscando formas de se articularem e conseguem desviar esses modelos impostos e enraizados no campo e como veremos nas entrevistas com as mulheres do coletivo Eli Vive, que a través de muito esforço e coragem estão aos poucos conseguindo quebrar essa visão de dependência e se libertarem, mas isso tudo com o trabalho coletivo das mulheres.

Atualmente o Coletivo desenvolve um trabalho de capacitação para produção e comercialização das suas participantes, a partir de um projeto de extensão com a Universidade Estadual de Londrina – UEL (PASQUAL, 2015).

Com a ajuda da professora conseguimos compreender como que funciona melhor a capacitação. Após essa capacitação, elas saíam preparadas entendendo sobre comercialização desde o gasto de produção, transporte até a remuneração. Essa capacitação tem um tempo de dois anos de duração e o grupo tem um ano e meio de caminhada ela é uma capacitação para o empoderamento das companheiras a onde elas aprendem tudo sobre desde a produção ate a comercialização [...]. (ENTREVISTADA M2).

Além do projeto de capacitação nas oficinas, há outras estratégias de formação das participantes do Coletivo que passam pela “formação política” no Movimento e sobre a agroecologia,

[...] e daí tem mais as formações que nós tem nas atividades do MST, nas agroecologias, encontro de mulheres que também é muito importante pra nós e com esse projeto de capacitação e formação, os quintais produtivos só foram aumentando em quantidade e diversidade. (ENTREVISTADA M2).

O Coletivo tem um grupo forte que trabalha com os quintais produtivos, mas já está organizando outro grupo em torno do artesanato.

Eu: Fora o grupo de vocês que trabalha com os quintais produtivos tem mais algum outro tipo de trabalho?

M3: Sim, com essa ideia de montar os coletivos para entrega de verdura, agora tá se formando o outro que é de artesanato, que já não são as mesmas, já é outro grupo, outras mulheres, são as jovens senhoras (meninas que se casaram muito cedo) que só ficam dentro de casa e que os maridos não deixam fazer nada. (ENTREVISTADA M3).

O Coletivo também está inserido na organização produtiva do Assentamento como descrito nesse relato da entrevistada,

Nóis temo a Associação dos Camponeses do Assentamento Eli Vive e daí, a partir dessa Associação se fez necessário a cooperativa que

hoje é a COPACON e todas as famílias são sócias da COPACON e o Coletivo também é sócio. Hoje essa Cooperativa é um instrumento pra nós do Coletivo de Mulheres e as famílias como um todo, porque assim o momento que nós começa a precisar da Cooperativa, vai ser feito os trâmites por dentro da Cooperativa, então nós támo pensando em fazer a agroindústria lá dentro para poder vender os nossos produtos com mais qualidade via COPACON, valorizando a nossa Cooperativa, dando serviço pras meninas, porque vai precisar de muita mão de obra. Então a Cooperativa hoje é de extrema importância e as companheiras tem clareza disso. (ENTREVISTADA M3).

Conquistar a independência das mulheres Assentadas passa por conquistar a independência do Coletivo, como bem demonstra esse relato da entrevistada,

[...] já estamos conseguindo montar um caixa do próprio [Coletivo] que sobra das vendas para pagar as corridas, e essas coisas agente não precisa mais ocupar ninguém. Exemplo: nós vai fazer um evento, já tem as nossas toalhas que a nós compro com o dinheiro nosso, as embaladeiras pra em bandejar nossos produtos que vai pra feira. Já temos uma bombinha pra passa caldas nas hortas, conseguimos dois projeto bom que vai dar uma caixa d'água e os canos para cada companheira e mais um projeto de um trator que nós conseguiu de uma emenda do governo. (ENTREVISTADA M3).

Todos esses depoimentos das entrevistadas demonstram que o empoderamento das mulheres é uma luta coletiva, luta que é histórica. De fato, a luta das mulheres por direitos e igualdades perpassa por séculos e gerações desde o direito ao voto, igualdade de gênero, direitos trabalhistas entre outros objetivos que a mulher vem conquistando durante e até o século XXI.

Ao longo da história ocidental sempre houve mulheres que se rebelaram contra sua condição, que lutaram por liberdade e muitas vezes pagaram com suas próprias vidas [...], mas a chamada primeira onda do feminismo aconteceu a partir das últimas décadas do século XIX, quando as mulheres, primeiro na Inglaterra, organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo que o primeiro deles que se popularizou foi o direito ao voto. (PINTO, 2010, p.15).

Com a conquista do voto abre-se mais oportunidades das mulheres se massificarem em um maior número e continuarem lutando e reivindicar seus direitos, levantando-se contra as vozes que as oprimiam. Podemos dizer que desde a Idade Média a mulher veio sendo fortemente reprimida não só pela sua beleza, mas foi também oprimida pelos seus comportamentos e condenada pelos seus conhecimentos e que ainda na atualidade essas formas de opressão e repressão ainda está bem transparente, mudando simplesmente o nome, mas a tortura ainda é a mesma. Como já citamos em alguns capítulos acima. (PINTO, 2010, p.16-18).

Embora a mulher venha conquistando muitos espaços na sociedade, as marcas de um passado escuro e doloroso já mais serão apagadas, nomes de mulheres que morreram e foram brutalmente torturadas durante o processo histórico ainda se apresenta no rosto de muitas Marias, Joanas, Rosas, Catarinas entre outras que trazem consigo profundas marcas do passado. (PINTO, 2010, p.16-18).

Hoje após anos lutas e sofrimentos das mulheres por direitos, volta para a atualidade o debate sobre a igualdade de gênero, porém dessa vez, esse debate reaparece mais forte, pois a diferença entre o homem e a mulher é construída culturalmente dentro da própria sociedade, e se manifestam principalmente na divisão social do trabalho, aonde destinando a mulher o serviço leve e a o homem o pesado.

Quando nascemos somos apenas macho ou fêmea e ao longo da nossa vida vamos aprendendo a ser homem e mulher. Isso significa que cada um(a) de nós, além de sermos gerados(as) por um pai e uma mãe, somos “fabricados(as)” ou “construídos(as)” pela sociedade. (MST, 2005, p.11)

De fato, a sociedade constrói e desconstrói o ser humano de acordo com seus costumes e crenças impregnadas nela e, a partir disso nos diz como deveremos agir, pensar e se comportar, atribuindo, assim, tarefas a onde acaba gerando uma dicotomia entre os gêneros. Visando que quando falamos em gênero segundo Saffioti (1994) estamos falando de raça, etnia e de classes sociais não somente de homem e mulher. “[...] Equivale dizer o sujeito construído em gênero o é também em classe social e em raça/etnia [...]”. (SAFFIOTI, 1994, p.273).

Podemos assim dizer que de fato as mulheres vêm se construindo com sujeitos da sociedade enfrentando o preconceito e quebrando barreira, isso tudo devido a organização das mesmas ultrapassando a ideia de serem simples objetos como afirma Saffioti (1994),

Como as mulheres foram, nas sociedades simples, objetos de troca por parte dos homens (Lévis-Strauss, 1976) e são, embora disfarçadamente, nas sociedades complexas, a tarefa de estabelecer alianças ficou a cargo dos homens. As mulheres sempre foram vínculo de negociações. (SAFFIOTI, 1994, p.280).

E para contestar essa visão, vimos no decorrer deste documento a história de luta de mulheres que em meio a tanto preconceito e machismo estão conseguindo se articular e se destacar na região Norte do Paraná, como

sendo um dos primeiros coletivos a se organizarem somente em mulheres, conquistando assim autonomia e independência, não só financeira, mas em vários outros patamares. Cabe salientar que tudo isso se gerou com um simples avanço no conhecimento, isso tudo mais uma vez reafirma a ideia de Paulo Freire (1921-1997): “Só o conhecimento liberta”.

Dianteda realização da pesquisa, do convívio com esse coletivo de mulheres espero que cada vez mais mulheres despertem para a luta e tenham mais esse coletivo como exemplo de luta e resistência, buscando, assim, conquistar cada vez mais espaços na sociedade.

A todas as mulheres, que avancemos na consciência, no planejamento e na organização das nossas lutas, das nossas conquistas em todas as partes do país e do mundo, porque: “Mulheres organizadas, sementes germinadas e a sociedade transformada”. (MPA, 2013, p. 08).

E somente justas e organizadas, poderemos vencer as barreiras implantadas pela sociedade machista e patriarcal, que nos submete e nos oprime de forma violenta e silenciosa.

4. O COLETIVO DE MULHERES, A ESCOLA E A EDUCAÇÃO DO CAMPO/EDUCAÇÃO POPULAR

Objetivo deste capítulo é analisar como o Coletivo de Mulheres se relaciona com a Escola do Assentamento e as ações do Coletivo que tenham a ver com educação do campo e educação popular.

4.1 O Coletivo de Mulheres e a Escola

Segundo a entrevistada M3, a Escola Maria Aparecida Rosignol Franciosi, foi construída pelas próprias famílias que vivem no assentamento, segundo a ela a escola dispõe de uma biblioteca, um refeitório, seis salas de aula, sala dos professores e a secretaria, isso tudo construído a partir da colaboração e coletividade das famílias que vivem no assentamento e entendem a necessidade de se ter uma escola. Essa mesma escola abrange em média de 400 (quatrocentos) alunos sendo municipal e estadual.

Segundo a entrevistada M3, por falta de profissionais voltados para a questão da educação do campo, a escola ainda não conseguiu trabalhar com o PPP (projeto político pedagógico) que é baseado nas escolas do campo, e sim com o PPP proposto pelo Estado e pelo Município, visando que a maioria dos professores que atuam na escola são da cidade, para além disso, ainda não se tem nenhum projeto desenvolvido ou a se desenvolver com os alunos, a não ser os alguns núcleos setoriais que muito pouco se desenvolvem.

Dentro disso, o Coletivo de Mulheres organizadamente contribui com a organização do espaço, desde o embelezamento até a questão financeira, onde as mesmas produzem artesanatos e eventos, destinando assim uma quantia financeira para a manutenção da Escola, pois demonstram terem noções da real importância da educação do campo. Para elas, está importância da educação do campo aparece tanto no Coletivo, como no Assentamento. Elas veem a importância da escola e da educação como um projeto de transformação e construção de um sujeito crítico na sociedade. Segue alguns depoimentos das entrevistadas sobre como veem a Escola:

Eu: Qual a participação do Coletivo com relação a escola e a comunidade?

M2: Não tem a participação física do coletivo de mulheres mais tem a participação através da produção, essa produção é vendida para o governo que compra e repassa para a escola temos a COPRAN, que repassa o leite e essa produção é repassada financeiramente, ou seja, o coletivo de mulheres contribui financeiramente com a escola.(ENTREVISTADA M2).

Eu: Qual a importância da escola no seu ponto de vista?

M2: Eu vejo a escola como importância, um espaço nosso que nós construímos os pais, cada pai construiu aquele espaço da escola, é nós que temos que zelar, mesmo que a escola é municipal e estadual, que tenha diretor, pedagogo e professores, mas os pais e o Coletivo,tem uma importância grande. (ENTREVISTADA M2).

Eu: Quais os vínculos que a comunidade tem com a escola?Fale um pouco sobre como era a escola e no acampamento, como foi a escola no início do Assentamento e como ela está hoje? O que mudou?

M2: Na escola havia bastante participação quando estavam acampados. Por ser perto da escola, os pais estavam todos os dias na escola participando, cuidando, tiravam guarita na escola e o pessoal do Setor de Educação, todo sábado tinha reunião do setor na escola para ver as necessidades da escola e como cada família construiu uma sala de aula, eles zelavam as salas, lavavam todos os sábados isso enquanto acampamento, depois que passou a ser assentamento a participação dos pais diferenciou, porque hoje é mais longe os espaços dos lotes, é longe da escola e a participação dos pais hoje é na reunião do conselho de classe participativo. Tem a participação dos pais quando eles sentem a necessidade de ir na escola pra ver como está seus filhos e quando eles são convidados também a participar na escola. (ENTREVISTADA M2).

Eu: Como que você vê a questão da participação dos pais na escola?

M3: A questão do conselho participativo das famílias dentro da escola é muito importante mesmo elas estando em outra esfera que é a municipal, a comunidade tem direito de interferir nas decisões da escola na figura dos pais alunos direção do assentamento não foi deixado solto assim somente para o estado e o município comanda e tudo o que eles for fazer referente a escola o assentamento tem que estar a par de tudo, ainda se tem um trabalho coletivo dos pais dentro da escola. (ENTREVISTADA M3).

Eu: Mas a escola não recebe recurso?

M3: Sim mas ainda é muito pouco e o que a gente tá brigando lá é pra eles assumirem a construção da escola porque o que tem lá ainda é as nossas construções velhas e segundo eles, não podem construir mais pode reformar que é o que tá acontecendo e aí a comunidade se junta e faz trabalho em conjunto para ajudar na construção da escola.(ENTREVISTADA M3).

Visando que a educação do campo é uma proposta em construção baseada na vivência dos povos do campo e suas culturas, onde sua teoria pedagógica faz diálogo com a realidade particular dos camponeses e classes sociais formando assim sujeitos independentes dentro da própria realidade. Nesta perspectiva, juntamente com a educação do campo, vincula-se a

educação popular, que também surge com o interesse de atender as necessidades das classes populares e dos trabalhadores na defesa de seus direitos.

Juntamente com esses conceitos que definem a educação do campo como já afirmado em capítulo anterior, está o papel da mulher que é de suma importância no processo de desenvolvimento da educação e da construção do sujeito desde a infância, da juventude até o idoso. Como já vimos no decorrer deste estudo, a mulher vem avançando e ocupando os diversos espaços na sociedade e a educação de fato é um espaço destinado à mulher. Dentro da lógica da sociedade, isso é direcionado à mulher por ter uma “sensibilidade maior” para o cuidado com a família e a educação dos filhos.

Como vimos nas entrevistas acima, o Coletivo de Mulheres atua de diversas formas não só nas decisões políticas da comunidade, mas também tem uma participação política dentro no meio educacional do Assentamento, auxiliando nas tomadas de decisões por meio da participação tanto do Coletivo como também por meio da participação familiar, no que diz respeito ao desenvolvimento escolar de seus filhos.

4.2 A importância pedagógica da Educação do Campo/Educação Popular para criar novos sujeitos a partir do Coletivo de Mulheres

De fato, as contribuições da educação do campo para o desenvolvimento de um coletivo em termos de organização de grupos como o Coletivo de Mulheres ou de um assentamento, vem de diversos pontos, principalmente no desenvolvimento amplo de um conhecimento científico dentro da realidade em que o sujeito se encontra. Nesse sentido, contribui também para o empoderamento do ser humano, dentro de uma sociedade que desconstrói costumes e culturas e nos impõe a sua cultura baseada na concentração de poderes, preconceitos e subordinação através de uma ideologia capitalista e conservadora. Com isso, a educação popular que é baseada na construção do sujeito do campo, vinculada aos movimentos sociais, tem como principal objetivo manter a identidade do sujeito dentro de sua realidade contribuindo assim para o um nível maior de conhecimento

científico, valorizando também o conhecimento empírico que é baseado nos saberes populares dos povos do campo.

A partir desta constatação, podemos assim dizer que na medida em que o sujeito vai ampliando seu conhecimento, ele vai evoluindo ainda mais. Analisando o Coletivo de Mulheres do Assentamento Eli Vive, notamos que ele só se desenvolveu a partir do momento em que duas mulheres saíram do Assentamento e foram para um curso de formação, onde estas receberam uma formação de cunho político mais qualitativo e a partir disso surge a ideia de se unirem para buscar a emancipação e o empoderamento do gênero feminino e, o primeiro passo para esse empoderamento, foi a busca pela independência financeira, que levou a outro tipo de conhecimento.

Assim como a ideia da Educação Popular foi se firmando como teoria e prática educativa, o Coletivo de Mulheres também veio com essa característica e aos poucos vem se firmando para além da teoria e do discurso. Elas veem na prática mostrando a capacidade de transformação e independência feminina e que de fato a mulher, taxada pela sociedade por ser um sexo frágil, consegue sim se sobressair em diversos âmbitos e romper alguns paradigmas impostos pela sociedade. Isso tudo não só pela coragem e a capacidade de lutar, mas também pelo avanço do conhecimento, um conhecimento mais elaborado que gera a necessidade de buscar outros saberes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do desenvolvimento da pesquisa tive o privilégio de acompanhar e conviver com esse Coletivo dia a dia, observando todo o processo de construção e o empoderamento dessas mulheres, que em meio a tanto sofrimento, vem crescendo, se desenvolvendo e se fortificando cada vez, pois são mulheres que lutam, que sonham, que sorriem e que também choram. Mulheres, meninas, senhoras e senhoritas cada uma com um jeito diferente, mas, com sonhos parecidos, mulheres que carregam no rosto, no olhar e no corpo marcas de dias tristes ocasionado por perdas, cicatrizes adquiridas durante a luta pela terra, marcas que jamais serão apagadas e mesmo com tudo isso ainda se mostram guerreiras, prontas para lutarem juntamente com seus companheiros e companheiras, pois erguem e defendem a bandeira da igualdade de gênero, por saberem que o lugar da mulher não é atrás e nem à frente do homem, mas sim, do lado.

Acredito que esse período de convivência com o Coletivo foi de extrema importância não só para o conhecimento adquirido como também para crescimento enquanto sujeito e mulher, pois o que foi descrito jamais transmitirá o real sentimento que ocorreu durante o convívio para desenvolver a pesquisa. Acredito que grande parte dos objetivos foram alcançados enquanto pesquisadora, desde como se dá o processo de construção de um Coletivo, os pontos positivos e os negativos, até o porquê não dá certo. “O porquê de não dar certo”, foi uma das grandes dúvidas que com certeza influenciam a dar continuidade à pesquisa até chegar ao macro do problema, pois até então a pesquisa se volta ao micro, o Coletivo. O macro, com certeza, será entender porque esses coletivos não se desenvolvem em todas as áreas de assentamentos do MST e porque a igualdade de gênero não é fortemente defendida dentro de um movimento tão amplo como esse, de massa e que quer transformar a sociedade.

E, assim, como a educação do campo, o Coletivo de Mulheres também vem a ser um projeto de resistência, construído e pensado por trabalhadores e trabalhadoras que buscam formas de resistir através do conhecimento. Como já citamos, esse Coletivo de Mulheres só se desenvolve a partir da hora que

toma conhecimento das políticas públicas e resolve avançar e aprofundar os conhecimentos, tendo assim, como o primeiro passo, o empoderamento político e econômico e a busca por seus direitos por meio do conhecimento adquirido no processo de construção do próprio Coletivo, tendo assim resultados qualitativos, principalmente na concretização do Coletivo.

Assim como a educação do campo, esse Coletivo veio a se desenvolver a passos lentos, porém, tendo bons resultados tais como: alguns projetos alcançados e desenvolvidos que contribuem para o crescimento e empoderamento das mulheres sendo um deles a comercialização do produtor direto para o consumidor, o desenvolvimento do artesanato realizado pelas meninas mais jovens que casam e abandonam a escola, se tornando “meras” donas de casa e que com a produção e comercialização de seus artesanatos, conseguem aos poucos irem formando uma consciência diferenciada. Para além desses projetos, outra conquista foi a participação política nas tomadas de decisões do Assentamento e do meio educacional do Assentamento.

Visando que a educação tem um papel fundamental no empoderamento não só dos coletivos a serem construídos, mas também no desenvolvimento do sujeito na sociedade, pois a partir da hora que o sujeito usufrui do conhecimento, ele passa a se revoltar com o sistema que o oprime, ainda mais, sendo um conhecimento que coloca o sujeito dentro da realidade em que ele vive, que seria esse o papel da educação do campo, que segundo Caldart (2005) “a educação do campo se constitui a partir de uma contradição que é a própria contradição de classe no campo: existe uma incompatibilidade de origem entre a agricultura capitalista e a Educação do Campo [...]”. (CALDART, 2005, p. 19).

Fica claro que essa contradição de fato existe, pois, o modelo educacional capitalista visa a formação da mão de obra barata para a indústria, diferentemente da educação do campo que visa a formação do trabalho e do empoderamento do sujeito dentro da realidade do campo, visando que a uma resistência dos povos do campo. E como exemplo disso, temos a formação desse Coletivo de Mulheres do Assentamento Eli Vive em Londrina, que vem a ser um dos primeiros no Paraná a se organizar e se empoderar, constituído somente por mulheres, e o principal motivo que levou e fortificou essa

organização de fato, foi a busca pelo conhecimento e a coragem de se erguerem diante de uma causa reconhecida, porém, esquecida. Nos dias de hoje ouve-se muito falar e discutir sobre a questão do gênero, patriarcado, machismo, mas na prática não se vê ainda nenhum método de conscientização rápido, além de palestras, estudos e a resistência de mulheres que se firmam e que ainda são lentos e são poucos para quebrar esse paradigma que está enraizado na sociedade há muito tempo.

Para além de pesquisas precisamos de mais estudos aprofundados que se voltem para a questão do gênero e de debates sobre a temática, principalmente nos assentamentos e acampamentos onde a violência acontece em sigilo, muitas vezes simbólica, tendo assim, um número enorme de mulheres violentadas tanto moral como fisicamente, pois não basta só discutir o assunto tem que conscientizar e proporcionar à mulher formas de viver que permitam a ela entender o potencial que tem sem precisar ser violentada ou reprimida. A questão de um estudo sobre a violência contra a mulher em Assentamentos de Reforma Agrária ficará para uma possível pós-graduação.

Com isto concluo que o estudo foi mais uma discussão que deve ser dada continuidade, pois debater gênero não significa falar apenas de homem e mulher, mas sim incluir todas as formas de relações de gênero, a classe, a raça, a etnia, a violência, etc., e a sociedade em que estamos inseridas(os).

REFERÊNCIAS

BERNART, Isaac. Giribet. i. Os Acampamentos e Assentamentos do MST como Expressão do Conflito Capital X Trabalho – Luta pela terra e identidade campesina na área de influência da brigada Salvador Allende, região noroeste do estado do Paraná. **Revista Pegada Eletrônica**. Presidente Prudente-PR, vol. 10, n. 2, Dez/2009. Disponível em: <http://www.revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/1711/1642>

Acesso em. 22/09/2017.

BLAY, Eva A. 8 de março: conquistas e controvérsias. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis-SC: Editora UFSC, v. 9, n. 2, 2011. p. 601- 607. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104> Acesso em: 16/11/2017.

BORDALO, Caroline. Ser mulher trabalhadora rural, ser mulher camponesa: uma análise das relações sociais de sexo, dominações e formas de resistência, **I Congresso Latinoamericano de Teoría Social**, Buenos Aires, Argentina, agosto de 2015.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para a construção de um projeto político e pedagógico da Educação do Campo. Brasília-DF: Articulação Nacional, 2004. p. 13-19.

ESPLAR - Centro de Pesquisa e Assessoria. Disponível em: <http://www.esplar.com.br/temas/quintaisprodutivos>> Acesso em: 9/12/2017.

GONÇALVES, Renata Gonçalves. (Re)politizando o conceito de gênero: a participação política das mulheres no MST. **Revista Mediações**. Londrina-PR: Editora da UEL: v. 14, n.2, Jul/Dez, 2009. p. 198-216.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA.<<http://www.incra.gov.br/assentamento>> Acesso em 01/12/2017.

MEDEIROS, L. S; PAULILO, M. I. Formas de Organização e representação política das mulheres do campo. In: NEVES, D. P; MEDEIROS, L. S (Org.).

Mulheres Camponesas trabalho produtivo e engajamento políticos. Niterói-RJ: Gráfica e Editora Qualidade, 2013. p. 187- 246.

MURARO, Rose M; BOFF, Leonardo. Introdução In: **Feminino e masculino.** Rio de Janeiro: Ed Sextante, 2002.

PALUDO, Conceição. Educação popular como resistência e emancipação humana. **Cadernos Cedes.** Campinas-SP, 2015. p. 219-238. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v35n96/1678-7110-ccedes-35-96-00219.pdf>> Acesso em: 07/09/2017.

PASQUAL, Gilda Maria Fernandes. **Diagnóstico da Realidade.** Trabalho da Disciplina de Estágio (Tempo Comunidade) apresentado ao Curso Interdisciplinar em Educação do Campo Ciências Sociais e Humanas. Laranjeiras do Sul – PR:UFFS, 2015.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia Política.** Curitiba-PR: Editora UFPR, v. 18, nº 36. Jun/2010. p. 15-23.

SAFFIOTI, Heleith I. B; MUNOZ-Vargas, MÔNICA (Orgs). **Mulher brasileira é assim.** Rio de Janeiro: Rosa dos tempos: NIPAS: Brasília, 1994.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra: o desafio de transformar práticas e relações sociais. **Educar em Revista.** Curitiba-PR: Editora UFPR, 2015. p. 87-109.

ZETKIN, Clara Josephine. **Wikipedia.** Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Clara_Zetkin> Acesso em: 01/12/2017.

APÊNDICE A: Roteiros de entrevistas

Quantas companheiras participam do Coletivo de Mulheres?

O que as mulheres produzem no Assentamento?

Qual é a idade das mulheres que participam? Aqui a ideia é ter uma base da idade ao todo das mulheres que participam do coletivo:

Como que o Coletivo de Mulheres se organiza?

Quais lutas políticas participam?

Quais os tipos de formação que o Coletivo de Mulheres recebe?

Sobre as companheiras?

Como vocês fazem para trazer outras companheiras para o coletivo?

Então essas oficinas que vocês fazem vocês já usam como uma forma de conscientizar?

Quantas vezes vocês se reúnem?

E a comunidade participa bastante?

Já estão conseguindo criar uma independência?

No caso todas essas coisas que vocês conseguiram foi através de projetos?

Então através de projetos foi só os maquinários mesmo?

E a partir da conquista desses projetos teve algum atrito com o assentamento?

Quanto ao transporte?

Fora o grupo de vocês que trabalha com os quintais produtivos tem mais algum outro tipo de trabalho?

E como que vocês lidam com essa situação?

Então a sua tarefa é mais de organizar esses projetos?

Tem alguma remuneração financeira?

Qual a participação do Coletivo com relação à escola e a comunidade?

Qual a importância da escola no seu ponto de vista?

Quais os vínculos que a comunidade tem com a escola?

Como que você vê a questão da participação dos pais na escola?

APÊNDICE B: Fotos do trabalho de Campo

Fonte: de minha autoria



Fonte: de minha autoria



Fonte: de minha autoria



Fonte: de minha autoria



Fonte: de minha autoria.



Fonte: de minha autoria



Fonte: de minha autoria



Fonte: de minha autoria



Fonte: de minha autoria



Fonte: de minha autoria



Fonte: de minha autoria



Fonte: de minha autoria